



ATA Nº 1/2018

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE RIO MAIOR

----- Aos vinte e quatro dias do mês de fevereiro do ano dois mil e dezoito, no Auditório da Câmara Municipal de Rio Maior, realizou-se uma sessão ordinária da Assembleia Municipal de Rio Maior, sob a presidência de Carlos Jorge Coelho Neto nos termos do n.º 2 do artigo 8º do Regimento da Assembleia Municipal. Secretariaram a presente sessão as Deputadas Municipais Maria Eugénia de Jesus Reis e Carla Cristina Machado Rodrigues Dias (em substituição), respetivamente Primeira e Segunda Secretárias da Mesa. A Câmara Municipal de Rio Maior fez-se representar pela Presidente, Isaura Maria Elias Crisóstomo Bernardino Morais. Assistiram também à presente sessão os Vereadores Luis Filipe Santana Dias, João António Lopes Candoso, Ana Filomena e Silva Antunes Figueiredo, Miguel Filipe da Silva Santos, Daniel Alexandre Pulquério Pinto e João Teodoro Miguel. -----

----- JUSTIFICAÇÃO DE FALTAS -----

----- Nos termos da alínea j) do número 1 do Artigo 9º do Regimento da Assembleia Municipal, foi justificada a falta do Presidente da Assembleia Municipal António Manuel Silva Arribança. -----

----- Pelas catorze horas e vinte e cinco minutos, verificando-se a existência de quórum (27 presenças), o Presidente da Assembleia em exercício deu início aos trabalhos da presente sessão (anexo 1). -----

----- PONTO PRÉVIO -----

----- Previamente à entrada no período antes da ordem do dia e de abrir as inscrições para intervenção dos membros da Assembleia Municipal, deu conhecimento de que foram apresentados na Mesa dois votos de pesar propostos por todos os grupos municipais (anexo 2 e 3), que foram lidos pelo próprio e que serão discutidos no período de antes da ordem do dia e votados logo após o período de intervenção dos membros da Assembleia Municipal. -----

----- CORRESPONDÊNCIA -----

----- Pela Segunda Secretária foi feita a leitura da correspondência recebida e expedida pelos serviços da Assembleia Municipal, conforme anexo 4. -----



----- **APROVAÇÃO DE ATAS** -----

----- Foi colocada a discussão e votação a ata n.º 8/2017 referente à sessão ordinária de 27 de dezembro. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----
----- Aprovada a ata n.º 8/2017 por unanimidade dos presentes com direito de voto, com 27 votos a favor, não participando na votação por não terem estado presentes na sessão o Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira e a Presidente da Junta de Freguesia de Asseiceira (29 presenças). -----

----- **PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA** -----

----- Inscreveram-se para intervir os seguintes Deputados Municipais e Presidentes de Junta de Freguesia: -----

----- Deputado Mário João das Neves Flores -----
----- Deputada Inês Guerra Vargas -----
----- Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira -----
----- Deputado Tiago Filipe Francisco Santos -----
----- Deputada Liliana Marques Alonso -----
----- Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas -----
----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----
----- Deputado António Manuel da Silva Moreira -----
----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----
----- Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo -----
----- Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa -----
----- Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro -----
----- Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----
----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----
----- Iniciou por se referir à qualidade miserável da informação que é prestada à Assembleia Municipal justificando, desde logo, essa afirmação pelo pedido formal feito à presidência da Assembleia Municipal sobre as faturas de eletricidade da Desmor, sendo que o que receberam foi apenas a folha de rosto de cada fatura. Considera esta situação grave porque a informação disponibilizada deve ser aquela que se pede, em



tempo e completa. Chamou também à atenção para o facto de os documentos disponibilizados não serem pesquisáveis, afirmando que é uma situação inadmissível no século XXI, já que a informática tem todas as ferramentas para o efeito. Por fim, reiterou o pedido formal feito na última sessão sobre a eletricidade e a água na Desmor, já que a informação que receberam da eletricidade foi vaga e a informação sobre todos os contadores que fornecem a Desmor, onde estão e quantos são, nem sequer foi respondida. Afirmou que não é possível fazer uma oposição séria e correta sem se ter acesso à informação necessária e que esta, quando é disponibilizada, seja má e fraca. Solicitou que houvesse o compromisso de que a informação seja disponibilizada em PDF's pesquisáveis, que haja resposta sobre a água da Desmor e o compromisso de entrega em tempo útil de todas as faturas da eletricidade do qual o município disponibilizou apenas a folha de rosto. -----

----- **Deputada Inês Guerra Vargas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir à vitória da equipa da Seleção Nacional de Futsal sagrando-se campeã europeia da modalidade. Disse que a seleção conseguiu chegar à final só com vitórias, com motivação e vontade, atingindo o sonho que se iniciou em Rio Maior como referiu o seleccionador nacional no dia da vitória. Deixou uma saudação de louvor à seleção e também uma parabenização à Câmara Municipal de Rio Maior e à Desmor por providenciarem todas as condições para os campeões realizarem os seus treinos no concelho de Rio Maior. -----

----- De seguida não quis deixar de prestar a sua homenagem ao homem, ao autarca e seu familiar, que foi José da Silva Pulquério. Afirmou tratar-se de um democrata convicto, que amava incondicionalmente o seu partido mas que respeitava todos os que pensavam diferente, e amava ainda mais o seu concelho, onde na sua calma e serenidade, sobejamente conhecida de todos, defendeu sempre aquilo em que acreditava até às últimas consequências. Reforçou ainda a sua dimensão como homem de família, pai, avô e bisavô afável, via a família como a célula fundamental da sociedade. Terminou dizendo que partiu o homem mas ficou um enorme legado e que será sempre respeitado pelo papel que desempenhou neste concelho. Endereçou esta homenagem e as suas condolências à família. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----



----- Iniciou por se referir ao voto de pesar por José da Silva Pulquério, deixando uma nota relativamente ao homem, que teve oportunidade de conhecer, ao político que foi e, pessoalmente, deixar uma palavra à família na pessoa do seu amigo Daniel Pinto. Disse ainda que independentemente das divergências políticas que possam existir, é sempre fundamental que em política se tenha a capacidade de honrar os homens públicos e é isso que, nesta casa da democracia, todos devem fazer, deixando assim esta nota pessoal de saudação a esse homem público que dignificou as nobres funções de autarca em Rio Maior. -----

----- Seguidamente solicitou, se fosse possível, saber aproximadamente qual o montante global dos apoios que o Município de Rio Maior já teve através do financiamento do Portugal 2020, e ainda quais as candidaturas que a Câmara Municipal prevê que possa fazer nesta fase final deste quadro comunitário de apoio às cinco linhas que o Portugal 2020 tem à disposição dos municípios. Ainda acerca dos apoios comunitários, e considerando que o Estado português já está em negociações para o próximo acordo de parceria com a Comissão Europeia no âmbito dos apoios comunitários, questionou qual o acompanhamento que tem sido feito pela Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo e pelo Município de Rio Maior, relativamente a este novo acordo de parceria que irá regular os apoios comunitários após 2020. -----

----- Por fim, questionou, no âmbito do planeamento territorial e da gestão territorial, qual o ponto de situação do Plano Diretor Municipal e da sua revisão e também do Plano de Pormenor das Salinas das Marinhas do Sal. -----

----- **Deputado Tiago Filipe Francisco Santos** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir ao tema que atualmente tem estado em destaque, a limpeza terrenos e das faixas de gestão de combustíveis, e à legislação que regula esta matéria e que a seu ver não é a ideal. No entanto, realçou que se sente orgulhoso em ser riomaiorense, já que este município é dos poucos, a nível nacional, que disponibiliza informação online em tempo real sobre as faixas de gestão de combustível, mesmo com uma lei que lhe parece claramente pouco explícita e pouco explicada a nível nacional pelos órgãos de comunicação social e que, por isso, tem grande orgulho em ver que o município de Rio Maior está a trabalhar no sentido de disponibilizar essa informação a todos os cidadãos e da forma mais clara possível. Deixou também um louvor às juntas de freguesia que disponibilizaram algum do seu tempo para o esclarecimento dos



cidadãos acerca deste tema. Decorrente deste tema concluiu com uma preocupação que é sua e que tem a ver com a atualização da informação cartográfica existente, quer no município de Rio Maior que a nível nacional, dizendo que é perigoso trabalhar com a informação com mais de dez anos, no concelho de Rio Maior a atualização cartográfica é de 2006, e gerar mapas de perigosidade de incêndios florestais com esta informação bastante desatualizada. Deixou, por isso, a dica de que é necessário seguir o bom trabalho e atualizar ainda mais a informação para que se consiga ser, cada vez mais, uma referência a nível nacional. -----

----- **Deputada Liliana Marques Alonso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para questionar, em relação a questões ambientais, se existe algum plano e aquilo que está a ser feito relativamente à limpeza dos rios, das ribeiras e das linhas de água no perímetro urbano e também, no âmbito da segurança, o que é que a Câmara tem previsto para reduzir a sinistralidade rodoviária, nomeadamente nas passadeiras, sugerindo, desde logo, a melhoria da iluminação nas passadeiras e ações de sensibilização de prevenção rodoviária. -----

----- **Presidente da Junta de Freguesia de Arrouquelas** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Acerca da legislação da limpeza de terrenos e das faixas de gestão de combustível disse faz todo o sentido no enquadramento atual e que este é um esforço para regradar o que tem vindo a ser feito de mal e deve ser entendida como uma boa proposta de trabalho. Referiu que, nas funções que agora desempenha, se tem esforçado junto em conjunto com seus colegas para tornar isto um bom princípio de trabalho esperando que venha a ser melhorado no futuro. -----

----- De seguida deu conhecimento da participação do Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro Pereira da Silva no projeto designado de *INcluded* que pretende a construção da ideia que para educar uma criança é preciso toda a “aldeia” e que para educar os alunos no Agrupamento de Escolas Fernando Casimiro pressupõe que haja um envolvimento de todos para que a educação faça sentido e se faça crescer elementos com consequências válidas para a sociedade em que vivemos. Entendeu que esta foi uma oportunidade para dar conta deste assunto à Assembleia Municipal por ser uma proposta interessante no sentido de se introduzir valor acrescentado em termos



de cidadania. Disse que aquilo que tenta transmitir é que este tipo de construção e estas propostas são a longo prazo, devendo ser continuadas e desenvolvidas sucessivamente. -----

----- Ainda neste âmbito, chamou à atenção que há condições para se alargar a reflexão dos benefícios de se trabalhar em parceria, sendo a gestão da floresta um desafio a esse nível porque mesmo que se ultrapassem as questões das faixas de contenção, irão existir questões para as quais terá que haver resposta relativamente ao como e com quê fazer o aproveitamento dos terrenos, entre outras. Considera que, por isso, a organização interna dentro das pequenas comunidades carece muito de investigação para que depois seja aplicada no terreno. Deu como exemplo a medida de financiamento, um programa único, para apoio a estas parcelas de pequena dimensão e que, no território da sua freguesia, ninguém tem condições para concorrer e ninguém sabe como fazê-lo sendo a competência adquirida e instalada insuficiente para se poder estar em igualdade de circunstâncias para este tipo de financiamento, levando mais uma vez à reflexão sobre a cooperação em torno de diversas áreas. -----

----- Concluiu dizendo que a comunicação social no município ficou mais pobre com o fim do jornal “ Região de Rio Maior” porque, independentemente de qualquer questão, entende que era um trabalho meritório e que enquanto durou teve um papel muito interessante e que, a seu ver, continuamos a precisar porque ainda há uma parte da população para a qual o papel ou pelo menos a informação escrita, até para memória futura, faria todo o sentido. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Disse saber que foi aprovada em reunião de Câmara no dia 23 a abertura de concurso para a requalificação da Zona Ribeirinha e que, em face disso, gostaria que lhe fosse esclarecido, dado o estado lastimoso em que se encontra o leito do rio Maior, o que é que em concreto o projeto contempla para a resolução daquele problema. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por endereçou o seu pensamento em memória do Senhor José da Silva Pulquério, dizendo que das poucas vezes que teve oportunidade de privar com ele percebeu que nas pessoas de bem as divergências de carácter político/partidário são aquilo que menos interessa, deixando uma saudação ao seu amigo Daniel Pinto e



também ao Partido Social Democrata (PSD) pela perda de um militante importante e de um riomaiorense egrégio. Disse ainda que a partida da viúva do poeta Ruy Belo é também um momento triste e que fica grato por verificar que desde há dez anos para cá, altura em que pouco se fazia nesse sentido e em que teve a oportunidade de promover um serão cultural sobre o Ruy Belo, houve um desenvolvimento da atividade cultural em volta dessa figura ímpar da cultura. -----

----- Endereçou uma saudação ao PSD pela eleição de um novo líder acrescentando que seria muito interessante que este voltasse aos ideais da social-democracia e do humanismo, que muita falta fazem à política nacional, salientando que agora que a esquerda consegue ter uma posição de intervenção plena na vida nacional seria bom que uma parte do movimento democrático não se excluísse e voltasse a tornar forte a democracia com o natural confronto de ideias que leva ao progresso. Endereçou ainda os parabéns a todos os que foram eleitos para os órgãos daquele partido e felicitou em particular um amigo e ex-membro da Assembleia Municipal de Rio Maior, o Paulo Colaço. -----

----- Por último questionou acerca de duas situações referentes à realização das Tasquinhas, nomeadamente no que se refere à ausência dos restaurantes no certame e qual foi a alteração na estratégia para que isso tenha mudado e ainda acerca dos contratos de fornecimento de bebidas e das exigências feitas aos baristas. Sobre esta última questão solicitou que lhe fosse especialmente esclarecido e dada informação sobre os montantes e sobre as exigências e as cláusulas de contratação e se estas recaem sobre terceiros. Questionou ainda sobre o que está também a ser feito para salvaguardar o bem-estar, o direito ao silêncio e o direito ao repouso de muitas famílias que vivem na zona e como é que isto se pode conciliar. -----

----- **Deputada Susana Carla Alves Franco** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Interveio para se referir do sistema de bicicletas partilhadas dizendo, desde logo, que para além da existência de um regulamento, haverá a necessidade de levar em consideração um conjunto de aspetos, designadamente qual o plano de operacionalização, de manutenção, de redistribuição das bicicletas pelos espaços, de receção da informação relativamente a avarias de bicicletas e ainda relativamente à aplicação que se pretende desenvolver para as bicicletas. Solicitou, por isso, que lhe fosse esclarecida esta operacionalização porque, em seu entender, não basta ter um



regulamento, é preciso que tudo funcione da melhor forma. Acrescentou que se trata de uma iniciativa interessante mas que só tendo um funcionamento acompanhado poderá ter condições para utilização e não vir a morrer. Para além disso e considerando esta aposta, questionou se existe intenção de desenvolver a rede de ciclovias na cidade. ---

----- **Deputado António Carlos e Silva Antunes Figueiredo** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à temática da participação e cidadania que considera o pilar básico da democracia e sem a qual toda ela cairá. No que respeita aos votos de pesar considerou que se trata de duas pessoas com “H” grande na sua participação e cidadania no concelho, em Portugal e no mundo. -----

----- De seguida referiu-se ao evento promovido pela Atuação - Associação Jovem De Rio Maior, a finalíssima da 4ª edição da “AtuaArgumentação” e congratulou-se pela forte e entusiasta participação dos jovens que expondo-se publicamente mostraram os seus dotes de oratória e capacidade de argumentação que, em seu entender, é um pilar base de futuros cidadãos capazes de participar. -----

----- Referiu-se ainda à edição do Carnaval do Rio 2018 com a realização do desfile noturno que contou com cerca de quatrocentos e cinquenta participantes. Disse ser o fruto do trabalho e dedicação de tantos que com os temas, fatos e carros alegóricos animaram a noite e o desfile. Disse que mais uma vez, também em crescendo, a animação na tenda e ruas da cidade se prolongou muito para além do desfile para gáudio dos participantes e do inúmero público vindo de todo o concelho e também de fora deste. Louvou a qualidade resultante do esforço e dedicação de todos os que contribuíram para o evento que já é de referência para Rio Maior. Afirmou que cumpre agora ao município continuar a incrementar o apoio a esta iniciativa e aos seus participantes, visando o seu engrandecimento e constituição como fator de vivência e atração de mais visitantes, apoio este que é feito por diversos concelhos do país, nomeadamente limítrofes ao de Rio Maior. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por dizer que, não colocando em causa a qualidade das atas das sessões da Assembleia Municipal, a Coligação Democrática Unitária (CDU) gostaria que as mesmas pudessem ser um pouco mais extensas e mais claras naquilo que é



decorrência da Assembleia porque, por vezes, há algumas intervenções que são sequenciais relativamente a determinadas matérias e depois as atas são demasiado sucintas. Solicitou ainda, se possível, que as cópias das atas das reuniões do Executivo da Câmara Municipal pudesse conter as declarações de voto no computo da própria ata porque, de outra forma, fica-se sem perceber a declaração de voto, qual o seu sentido e o seu contexto. -----

----- Em seguida referiu-se ao facto de na última sessão da Assembleia Municipal ter solicitado que lhe fosse dada resposta por escrito às questões que a CDU colocou e que, não obstante a Presidente da Câmara responder a tudo, sempre com disponibilidade, por vezes não se aprofunda o assunto e, em face disso, solicitava, mais uma vez, que as respostas aos pedidos lhe possam ser respondidos por escrito, dizendo que, se for caso disso, poderá enviar email com os assuntos que a CDU considera que precisam de ser entregues numa documentação mais aprofundada. Solicitou ainda ao Presidente da Assembleia em exercício que, com os seus bons ofícios, fizesse com que a Comissão Permanente pudesse reunir porque há efetivamente questões a resolver no âmbito do regulamento. -----

----- Acerca dos votos de pesar disse que obviamente a CDU não se pode demarcar do seu conteúdo, das pessoas que o envolvem, nomeadamente o Senhor José da Silva Pulquério com quem privou algumas vezes em apresentações da Banda Filarmónica da Marmeleira e que era uma pessoa de idade que ouvia a música com um prazer imenso e tinha uma delicadeza muito grande sempre no relacionamento com os outros. Endereçou mais uma vez as condolências ao seu neto, Daniel Pinto, e a toda a família. Relativamente a Teresa Belo disse ser uma figura de muita referência com uma relação muito direta com a Dr.ª Teresa Calçada e o Dr. Pacheco Pereira na Vila da Marmeleira e por razões diversas não pode estar presente na altura mas aqui se aliam ao voto de pesar, sendo esta também uma grande perda para Rio Maior. -----

----- Referiu-se ainda ao facto de este ano se celebrarem os 40 anos do Movimento Unitário de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) e que, após conversa com os demais líderes de bancada, acordaram que seria feita referência antes a este aniversário no período antes da ordem do dia para que esta assembleia fizesse uma saudação, uma felicitação ao MURPI pelos seus quarenta anos, sendo a mesma enviada à comunicação social e ao MURPI propriamente dito. -----



----- De seguida pediu informação acerca do ponto de situação do pagamento do diferencial entre as trinta e cinco e as quarenta horas aos trabalhadores, na sequência de reunião havida com os sindicatos. -----

----- Solicitou também que pudesse ser disponibilizado um dossier informativo sobre a vinda da empresa Generis para Rio Maior para perceber o real conteúdo e os timings previstos. -----

----- Relativamente à questão da limpeza das florestas disse ser do conhecimento geral a legislação e os prazos para a sua execução e que tem sido feitas sessões de esclarecimento em vários locais mas considerou que isso, apenas, não a tranquiliza. Fez referência que teria sido comunicado via email pelo Vice-Presidente que iriam ser disponibilizados às juntas de freguesia mapas fotográficos das zonas a limpar, aos quais ainda não teve acesso, mas que de qualquer maneira gostaria que lhe fosse disponibilizado o plano global desta intervenção nas suas duas vertentes, a limpeza dos terrenos camarários, se existe algum levantamento e como se irá proceder, e a limpeza dos terrenos particulares que, algumas das vezes, deixam de fazer o que lhes compete nas suas propriedades, ou seja, qual o plano global da Câmara Municipal para esta situação e que o mesmo lhe pudesse chegar em formato papel para que a CDU em tempo possa saber da situação. -----

----- Referiu-se mais uma vez ao facto de lhe poder ser fornecida uma listagem dos processos judiciais findos e o seu resultado porque, à semelhança do que acontece na listagem presente na atividade municipal, há processos que vão terminando e sobre os quais gostaria de saber o desfecho, como é o caso do processo constante nesta listagem da empresa Pragosa, mas que poderia ser um outro qualquer. Disse que este é o exemplo acabado que entre a última sessão e esta pelo menos um processo está findo, por isso pede que aos serviços lhe possam fornecer um mapa com a compilação dos processos findos e o resultado. -----

----- **Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Acerca dos votos de pesar afirmou que é sempre uma tristeza ver alguém partir, ainda mais duas pessoas como as que partiram agora. Continuou dizendo que, se com uma deles não teve grande convivência, a viúva do poeta Ruy Belo, com o Senhor José da Silva Pulquério criou o hábito de ao longo dos vinte anos de o ver todas as semanas nas Salinas e onde tinham sempre uma breve conversa e nunca, apesar das divergências políticas, houve da sua parte qualquer tipo de desrespeito a quem tivesse



opiniões diferentes das suas. Enalteceu a figura que José da Silva Pulquério dizendo que foi um homem grande, um homem que chegou a estar preso no anterior regime por ter tido a coragem de apoiar o General Humberto Delgado, que foi fundador do Partido Social Democrata em Rio Maior, que foi o primeiro Presidente da Câmara de Rio Maior eleito, e foi uma pessoa que fez muito pelo seu concelho. Salientou ainda que, ao longo do tempo, não só quando esteve em funções mas também fora delas, soube sempre respeitar o próximo e fazer tudo o que era possível pela sua terra. Na pessoa do Daniel Pinto, seu neto, apresentou a mais sentidas condolências do Partido Socialista. -----

----- **Deputada Carla Cristina Machado Rodrigues Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes e referiu que a sua intervenção será na qualidade de membro da Assembleia Municipal e líder de bancada da CJF (n.º 2 do artigo 45.º do Regimento da Assembleia Municipal). -----

----- Iniciou por agradecer, enquanto militante do PSD, a felicitação dada pela eleição do novo líder nacional do partido bem como também pela eleição do conterrâneo Paulo Colaço para o Conselho de Jurisdição Nacional do PSD, porque considera que em democracia todos os partidos são importantes e das divergências de ideias é que nascem as soluções, nomeadamente para o país. -----

----- Acerca do carnaval não quis deixar de fazer uma referência àquele que é o mais antigo do concelho, o da Freguesia de Asseiceira, que se concretizou mais um ano com sucesso e desejou que venham mais destas iniciativas e tradições e que se continuem a evidenciar no concelho. -----

----- Quanto aos votos de pesar nada mais há a acrescentar ao que foi dito pelos seus antecessores e aos documentos apresentados, especialmente no que diz respeito ao Senhor José da Silva Pulquério, deixando as condolências à família e em especial ao seu neto, Vereador da Câmara Municipal presente na Assembleia Municipal, porque a seu ver foi, de facto, uma perda inestimável para o concelho e sem dúvida mais sentida pela família. -----

----- Por último referiu-se ao certame das Tasquinhas, que terá seu início em breve, dizendo que trata de um evento que já tem nome a nível nacional e para o qual todos querem mais e melhor para um sucesso ainda maior. Desejou que com este novo ciclo que se abre e com algumas alterações que já foram apresentadas e que lhe parecem benéficas, embora só a experiência o dirá, nomeadamente o alargamento às coletividades locais, possa trazer ainda mais sucesso. Deixou, assim, o convite a todos, a própria incluída, para que dinamizem este certame e estejam presentes nesta feira



que cada vez mais deve ser um ponto de referência, não só no nosso concelho mas a nível nacional. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Deu a palavra à Presidente da Câmara Municipal para esclarecimentos das questões colocadas. -----

----- Relativamente às solicitações efetuadas disse que a Mesa iria recomendar que as mesmas pudessem ser atendidas e quanto à reunião da Comissão Permanente lembrou, em nome da Mesa, que cabe aos líderes de bancada reunirem a apresentarem as propostas a considerar nessa Comissão. Disse ainda que será dado conhecimento à comunicação social e ao MURPI da intervenção feita nesta sessão. ---

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir à finalíssima da 4ª edição da “AtuaArgumentação”, um debate promovido por uma associação de jovens e para jovens, a Atuaação - Associação Jovem De Rio Maior, que foi excecional em todos os aspetos e no sentimento de preocupação, interesse e coragem que o debate transmitiu a quem esteve presente. --

----- Agradeceu a afirmação da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa quando reconhece que a Presidente da Câmara procura sempre responder às questões colocadas e pediu que compreendessem que nem todos os temas abordados estejam na sua memória ao pormenor embora tente sempre, auxiliada pelos vereadores, dar a melhor informação possível e que nunca se entenda que há falta de vontade em transmitir informação ou falta de transparência quando às vezes não aprofunda os assuntos. Afirmou que a sua disponibilidade é total para fazer, a todo o tempo, chegar toda a informação que solicitem e acrescentou que se houve algumas falhas em termos de informação escrita foi porque não teve conhecimento ou porque não tem que as prestar porque fazem parte da gestão das empresas municipais ou outra situação do género.-----

----- Acerca do assunto da Generis informou que foi assinado o contrato de promessa compra e venda em dezembro entre aquela empresa e a Depomor, entidade que gere o Parque de Negócios, a compra foi de oitenta e oito mil metros quadrados (8,8 ha) e o dossier que dispõe é a mesma que serviu de base para a apresentação aquando do contacto da Lusa e a mesma que a empresa apresentou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e ao Ministério da Economia sobre o investimento que pretendia fazer em Rio Maior, onde consta como 1ª fase de investimento quinze milhões de euros e noventa



a cem postos de trabalho. Disse ainda que a escritura definitiva prevê-se para setembro e encontra-se em desenvolvimento a alteração ao plano de pormenor do Parque de Negócios que será presente à assembleia para aprovação. Referiu ainda que após este investimento inicial (fábrica de embalagem) pode vir a haver um outro investimento (fábrica de injetáveis) mas numa lógica laboratorial. Nesta sequência, informou que decorreu esta semana o Conselho Consultivo da Escola Profissional onde foram discutidas as áreas de interesse para formação e os cursos com as empresas a argumentarem para que possa existir cursos que permitam a existência de mão-de-obra nas suas áreas de atividade. -----

----- Informou que foi presente à última reunião do executivo municipal a abertura de concurso para a ciclovia Rio Maior/Asseiceira e depois Rio Maior/Espadanal no montante de duzentos e cinquenta e seis mil euros novecentos e trinta e três cêntimos, no contexto da mobilidade sustentável, e no âmbito da Comunidade Intermunicipal da Lezíria do Tejo (CIMLT) e num contexto de intermunicipalidade está a avançar-se com o projeto da ecopista ou ciclovia da antiga linha ferroviária, que será financiado numa lógica da mobilidade sustentável e, por fim, já saiu também em Diário da República o concurso para a execução do projeto da Estrada Nacional 114, promovido pelo Governo, no qual a Câmara irá comparticipar em 15%, fazer as expropriações e a ciclovia para a zona industrial, para além de outros troços que sendo cicláveis serão melhorados nesta lógica. -----

----- Acerca da limpeza das linhas de água dentro do perímetro urbano disse que se irá continuar a fazer o que legalmente é imposto, a manutenção e a limpeza das mesmas e relativamente à questão do que é que é contemplado no projeto da zona ribeirinha para tratar o rio, esclareceu que foi aprovado em reunião do executivo municipal a abertura de concurso para o projeto da frente ribeirinha no valor de um milhão, setecentos e noventa e nove mil euros e setecentos e dezanove cêntimos, valor financiado a 85% e ainda que a câmara municipal teve que adquirir cerca de vinte parcelas de terreno entre a antiga Estrada Nacional 1 e o rio, para se fazer a requalificação e intervenção nessa zona. No que respeita ao rio, que é, sem dúvida, uma preocupação constante de todos, disse já ter havido uma reunião com a Indústrias Carnes Nobre que assegura que neste momento as descargas efetuadas da sua ETAR para o afluente do rio Maior estão dentro dos limites legais estabelecidos quer em termos de quantidade quer em termos de conteúdo, sendo que o aspeto e odor do caudal verifica-se sobretudo devido à falta de água no leito do rio, dada a situação de



seca que se verifica por todo o país ficam criadas as condições para que a descarga normal seja aparentemente uma descarga nociva para o ambiente, facto que não é, de todo, verdadeiro. Disse que a inexistência de rasto dos líquidos colocados pela Nobre no afluente do rio Maior, levou a que a empresa procedesse à contratação de um prestador de serviços para a recolha, por aspiração, a jusante e a montante, daquilo que eventualmente estivesse no leito do rio. Esta situação está a ser monitorizada por todas as entidades competentes com responsabilidades nas questões ambientais, sendo que a Câmara Municipal acompanha a situação, mas não tem qualquer competência fiscalizadora, e a Nobre se disponibilizou inteiramente para apresentar informação complementar e documentação de suporte a esta atividade, nomeadamente análises que poderão ser entregues aos serviços camarários e a quem tenha particular interesse no assunto. Acrescentou ainda que a Nobre está a ponderar avançar com a construção de uma nova estação elevatória dentro da ETAR existente criando um alinhamento subterrâneo por conduta que permita levar o que hoje ainda aparece no rio, não obstante estar dentro dos valores admissíveis. Concluiu dizendo que a informação disponível indica que a empresa Nobre está a laborar dentro da legalidade, manifestando-se sensível aos problemas ambientais e está numa posição de parceria para a resolução de eventuais problemas. Sobre o projeto disse que este já foi apresentado mais que uma vez, é público e visa revitalizar a zona e criar uma nova centralidade no rio Maior, que dá nome à cidade e ao concelho. -----

----- Acerca das candidaturas ao quadro comunitário Portugal 2020, em fase de reprogramação, disse que além do que já está concluído há ainda o parque de estacionamento de apoio ao centro escolar Mina do Espadanal, o centro escolar de Asseiceira e como já disse foi lançado o procedimento para a frente ribeirinha (um milhão e oitocentos mil euros), a Villa Romana (quinhentos e sessenta mil euros) e as ciclovias (duzentos e cinquenta e seis mil). Acrescentou que irá também ser aberto novamente procedimento para as três praças do centro da cidade no âmbito da regeneração urbana (PEDU) e ainda a candidatura para a substituição de cinco mil luminárias no âmbito da eficiência energética (cerca de novecentos mil euros). Para além disto disse interesse na candidatura de equipamentos sociais (setecentos mil euros) privilegiando aqueles que sendo da autarquia estão sob a gestão de outras entidades. Referiu ainda a antiga moagem dizendo que edifício foi adquirido e que o projeto está numa fase inicial mas já existe uma verba prevista para o efeito, assim como a intervenção no edifício que foi adquirido para residência ou para ocupação pela



Desmor com os seus clientes e apoio, quando necessário, à Escola Superior de Desporto de Rio Maior ou à Escola Profissional de Rio Maior, que será requalificado e utilizado para o fim que for necessário, havendo condições para avançar no âmbito da reprogramação. Referiu ainda a EN 114 que não sendo fundos comunitários é orçamento de Estado com a componente do município. No que se refere ao quadro comunitário Portugal 2030 disse que a estratégia para a região assenta nas seguintes áreas: pessoas, territórios, sustentabilidade, produção e qualificação e inovação e que irá decorrer durante o mês de março um conjunto de sessões sobre cada um dos temas em os municípios são chamados a dar contributos para aquele que é o programa do Governo e para a negociação para o novo quadro comunitário. -----

----- Relativamente aos votos de pesar disse que em seu nome e em nome da Câmara também o fizeram no órgão próprio com toda a dignidade e sentimento. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra aos Vereadores da Câmara Municipal com a área para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Prestou informações acerca do andamento dos trabalhos da revisão do Plano Diretor Municipal (PDM) e do Plano de Pormenor das Marinhas do Sal, dizendo que relativamente ao primeiro se trata de um processo que se arrasta há já alguns anos, que tem sofrido alguns constrangimentos pelas sucessivas alterações legislativas, mas que se encontra agora em desenvolvimento e que têm um prazo legal a ser cumprido, julho de 2020, sob pena de o município vir a sofrer penalizações se não o fizer. Disse haver muito trabalho já feito sobre o qual se irá desenvolver a proposta e que, em princípio, entre abril, maio e junho se estará em condições de apresentar à Assembleia Municipal um ponto de situação e uma perspectiva clara daquilo que se pretende e assumir já alguns compromissos neste processo. Acrescentou ainda poder arriscar dizer que no 1º semestre do próximo ano poderá haver condições de apresentar uma proposta de plano e que no final do ano, no que depender da câmara municipal, a mesma poder estar aprovada, deixando assim uma folga temporal até ao limite do prazo legal para o fazer. No que respeita ao plano de pormenor, considerou que se trata de uma situação de maior definição, numa zona abrangida por instrumentos de gestão especiais e em zona classificada, pelo que a câmara se encontra nesta fase a realizar reuniões com as entidades com tutela na matéria, designadamente o ICNF, para chegar a consensos e



soluções, numa altura em que o plano de ordenamento do parque se encontra também a ser reconvertido em programa especial, nos termos legais, até julho de 2018. No entanto, disse que se espera que dentro de dois meses, sensivelmente, possa haver uma primeira proposta para discussão e análise e que até ao final do verão possa haver uma proposta final que será seguida do normal processo de aprovação pelas entidades competentes num prazo que, a seu ver, será no mínimo de seis a oito meses. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Iniciou por se referir ao sistema de bicicletas partilhadas esclarecendo que este foi um processo iniciado no anterior mandato pelo Vereador João António Lopes Cadoso, com a negociação e opção por este sistema, sistema este que engloba bicicletas topo de gama a nível mundial, georreferenciadas, com gestão em backoffice pela empresa responsável através de tecnologia bastante avançada, acautelando assim o bom funcionamento do sistema. Relativamente às ciclovias afirmou que o concelho de Rio Maior deve ser, atualmente, um dos mais cicláveis do país com maior enfoque na área da cidade e que falta agora fazer a ligação as freguesias, sendo esse o trabalho que irá ser agora iniciado nomeadamente com a construção da ciclovía Rio Maior/Asseiceira.—

----- Em resposta às questões levantadas pelo Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira acerca do certame das Tasquinhas, disse que as mesmas se referem foram exatamente às grandes alterações efetuadas nesta edição, no sentido de continuar a fazer deste certame a grande feira que os seus antecessores construíram. Relativamente ao contrato de fornecimento de bebidas e as eventuais exigências a terceiros disse que o principal patrocinador desta feira foi alterado da Unicer para a CentralCer e, como sempre aconteceu, existe exclusividade das bebidas fornecidas por estas empresas dentro do certame, dizendo que com este contrato, que é financeiramente mais vantajoso para a autarquia, se conseguiram vantagens para todos os participantes, e embora se tenha noção que o preço de venda do barril possa ser ligeiramente mais caro do que anteriormente deu conhecimento que o contrato assinado com a CentralCer é em tudo idêntico ao anterior e o que realmente difere que a Unicer tinha uma relação de antiguidade comercial com grande parte dos bares, facto a que a câmara é alheia e tem mesmo que ser e, por assim ser, além do desconto de tabela que a câmara negociava com a Unicer havia ainda um desconto comercial adicional dado pela empresa aos bares seus clientes. Informou que o que foi negociado com a



CentralCer foram todos os eventos que possam trazer grande consumo de bebidas o que resulta num aumento de 30% no financiamento pela CentralCer. Salientou também que, ao passo que o contrato com a Unicer dava exclusividade de várias bebidas, o atual contrato negociado apenas pede exclusividade na cerveja, água e cidra sendo todos os outros produtos de livre compra pelas associações e pelos bares. Quanto aos restaurantes afirmou que foi efetivamente uma escolha do executivo fazer como alvo principal todos os polos de cidadania que são as associações e que, abnegadamente, trabalham todo o ano e têm nas Tasquinhas um dos seus principais pontos de financiamento, isto para além de acreditar que também é precisamente o facto de serem as associações que dinamizam a feira que a tornam diferenciadora de todas as outras feiras de gastronomia do país, captando um público e um nicho de mercado muito apetecível por serem apresentados pratos que mais nenhuma feira ou poucas feiras terão e esta foi, assim, a escolha política e da organização de eventos porque se acredita que será este o caminho a seguir por forma a vincar-se a diferenciação do certame. Quanto ao funcionamento, deu conta que foi reforçada, em muito, a segurança privada dentro do evento assim como o efetivo do GNR na cidade, para que não só o evento decorra sem problemas mas também a transição de pessoas desde a feira até ao centro da cidade, no sentido de promover o bom descanso e normal funcionamento da cidade. Relativamente ao horário informou que houve uma redução de duas horas no funcionamento da tenda MusicFest, passando o fecho das 4 para as 2 horas durante a semana e das 6 para as 4 horas aos fins-de-semana, com uma tolerância de cerca de meia hora no fecho para não provocar a saída em massa das pessoas daquele espaço. Finda esta explicação disponibilizou-se para, havendo necessidade, fazer chegar qualquer informação que esteja em falta. -----

----- De seguida, e acerca da limpeza de terrenos, informou que existe já uma candidatura feita ao Programa Operacional de Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos (POSEUR) na rede primária e mosaicos da Serra dos Candeeiros e que pode ser acrescentada àquelas já indicadas pela Presidente da Câmara na sua intervenção. Relativamente à legislação em vigor disse que esta não é nova, existe desde 2006, e falha, não na sua base de conceção mas sim na fiscalização que não ocorreu desde a sua entrada em vigor. Afirmou que não pode, agora, querer-se limpar num mês e meio o que não foi limpo desde 2006 sendo os prazos dados completamente desajustados daquela que é a realidade. Disse ainda que, em sua opinião, a lei tem alguns outros problemas designadamente as características exigidas na limpeza e em especial no que



respeita ao estrato arbóreo porque, mesmo não discordando da base da lei, esta obrigatoriedade é incomportável e financeiramente destrutível porque as distâncias previstas entre copas é de quatro metros no geral e dez metros no que se refere ao eucalipto e ao pinheiro bravo, o que quer dizer na faixa de cinquenta metros imediatamente adjacente ao edificado isolado ou de cem metros relativamente ao aglomerado populacional pode existir um eucalipto de dez em dez metros da cada copa, o que irá reduzir drasticamente plantações feitas e em crescimento. Reforçou a necessidade de promover limpeza e o corte do estrato arbustivo e até retirar algumas linhas de eucalipto mas considera que o que se está a fazer neste momento será socialmente preocupante porque, por todo o país, existem muitos agregados que equilibram as suas contas com os cortes de eucalipto e que fizeram grande esforço para conseguir ter esta fonte de rendimento. Disse ainda que é óbvio que o lucro nunca deve ser colocado à frente da segurança mas o bom senso tem que imperar neste tipo de situação e que está esperançado que quer a brigada do Serviço de Proteção da Natureza e do Ambiente (SEPNA) que vai fazer esta fiscalização, bem como os instrumentos municipais ao dispor, tenham o especial cuidado de perceber cada situação porque se a lei for para aplicar indiferenciadamente e de forma cega haverá, com toda a certeza, muita contestação e pouca efetividade. Relativamente ao plano do município disse que não é outro senão o de fazer cumprir a lei e informou que será aberto um procedimento de quarenta mil euros para limpeza de terrenos municipais bem como de terrenos de proprietários em que a câmara seja obrigada a intervir por força lei, embora, em seu entender, nenhum município do país irá ter a capacidade de proceder à limpeza de todos os terrenos de quem incumprir e Rio Maior não é exceção assumindo, desde logo, que possivelmente não haverá a capacidade de proceder a toda a limpeza mas que, seguramente, as situações que ofereçam mais perigo serão prioritárias. Relativamente ao trabalho já desenvolvido pelo município afirmou que poucos concelhos do país fizeram uma divulgação tão completa e intensa como Rio Maior através das reuniões realizadas com a juntas de freguesia, pela disponibilização de ortofotomapas de todas as freguesias, com as faixas assinaladas, quer de edificados isolados quer de aglomerados populacionais, para que até a pessoa mais infoexcluída pudesse ter acesso e verificar claramente a sua propriedade e a necessidade de limpeza ou não, através de flyers que foram distribuídos à população e posters para afixar nos cafés, nas juntas e em locais de interesse e ainda, muito importante, agradeceu publicamente ao Gabinete Técnico Florestal, Eng.º Hugo Santos, que online criou,



aproveitando uma ferramenta de sistemas de informação geográfica, uma plataforma que é pesquisável por lugar com as faixas assinaladas, ou seja, qualquer pessoa que consiga navegar na internet pode facilmente aceder a esta informação. Deu também conhecimento que antecedendo estas medidas foi feita uma mini formação de sistemas de informação geográfica com os presidentes de junta para que estivessem munidos de conhecimento para auxiliar neste tipo de pesquisa e aceder à informação. -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Relativamente à situação da empresa Carnes Nobre e acerca das descargas no rio Maior, solicitou informação acerca da data da última inspeção e quais foram os resultados porque, em seu entender, a simples afirmação da empresa não basta para garantir que todos os parâmetros legais estão a ser cumpridos, é preciso ser corroborado pelas fiscalizações pelas entidades competentes. Sugeriu ainda que esses dados pudessem ser colocados na página do município para que a situação seja transparente e do conhecimento de todos. Considerou que estas situações ambientais requerem muita atenção e que a preservação dos postos de trabalho não pode justificar os crimes ambientais, porque a curto/médio prazo não se está a proteger nem a saúde das pessoas nem os postos de trabalho. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que em momento algum falou em preservar alguma coisa mais que não seja o ambiente e o impacto visual que estas descargas têm, sabendo porém que está dentro dos parâmetros normais e é isso que tem motivado um conjunto de reuniões no sentido de arranjar solução. Relativamente à data da última inspeção disse não ter essa informação mas que é conhecedora que as equipas do ambiente que fiscalizam estão a acompanhar este processo. -----

----- **Deputado João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira** -----

----- Solicitou que lhe fossem confirmados os prazos relativamente à revisão do PDM e à elaboração do plano de pormenor, designadamente: em abril/maio irá ser feito um ponto de situação sobre o processo, no 1º semestre de 2018 será apresentada uma proposta e até 2019 será aprovado até porque a lei obriga que seja até 2020 e o plano de pormenor será apresentada uma proposta até final do verão de 2018. -----

----- Solicitou ainda que lhe pudesse ser enviado, relativamente aos fundos comunitários, as verbas porque Rio Maior teve o histórico que teve relativamente a fundos comunitários e é lógico que todos querem que Rio Maior continue a liderar em termos de execução destes fundos. -----



----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Confirmou a previsão das datas dizendo que a câmara tudo fará para que estas datas possam ser cumpridas e ressaltando que há sempre que contar com os prazos das entidades competentes. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Disse que iria fazer chegar a informação do que está executado, do que está em curso e do que está previsto e dos montantes. -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Acerca do conteúdo das atas das sessões da Assembleia Municipal disse que não obstante a Mesa considerar que os resumos elaborados são de qualidade a situação irá ser vista para que não falte nada de importante nos conteúdos da mesma. -----

----- Finalizadas as intervenções colocou a votação os Votos de Pesar subscritos por toda a Assembleia Municipal. -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de José da Silva Pulquério (anexo 5)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Voto de Pesar pelo falecimento de Maria Teresa Belo (anexo 6)** -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- Foi, neste momento, feito um minuto de silêncio em memória dos falecidos. -----

----- **PERIODO DA ORDEM DO DIA** -----

----- **ASSUNTOS PARA CONHECIMENTO** -----

----- **CIMLT - Orçamento para 2018, Plano de Ação – Grande Opções do Plano 2018-2021 e Mapa de Pessoal para 2018**-----

----- **CIMLT - Prestação de Contas Consolidadas de 2014, 2015 e 2016**-----

----- **Declaração de Compromissos Plurianuais existentes em 31/12/2017 (artigo 15º, n.º 1, al. a) – LCPA)** -----

----- **Declaração de pagamentos em atraso existentes em 31/12/2017 (artigo 15º, n.º 1, al. b) – LCPA)** -----

----- **Declaração de recebimentos em atraso existentes em 31/12/2017 (artigo 15º, n.º 1, al. b) – Lei n.º 8/2012, de 21/2)** -----

----- **Assunção de compromissos plurianuais** -----

----- **Atividade Municipal (anexo 7)** -----

----- **Atas aprovadas das reuniões da Câmara Municipal** -----



----- A Presidente da Câmara apresentou os pontos para conhecimento à Assembleia Municipal de acordo com a documentação disponibilizada. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção sobre os assuntos para conhecimento. -----

----- ASSUNTOS PARA DELIBERAÇÃO -----

----- Ponto I – Projeto de Regulamento do Sistema de Bicicletas Partilhadas de Rio Maior -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, para aprovação do projeto de regulamento nos termos da alínea g) do n.º 1 do artigo 25º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, dizendo que este se insere num conjunto de políticas e iniciativas públicas de planeamento e desenvolvimento sustentável, onde se inclui a promoção de percursos cicláveis que irá permitir a implementação de uma rede de mobilidade suave, em meio urbano, através da instalação de um sistema partilhado de bicicletas para transporte não poluente de pessoas como alternativa de deslocação aos modos de transporte habituais.-----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- Deputada Susana Carla Alves Franco -----

----- Sugeriu que pudesse vir a ser contemplada a hipótese de algumas das bicicletas puderem ter transporte de crianças. -----

----- Deputada Anabela da Costa Azenha -----

----- Solicitou que lhe fosse informado quantas bicicletas contempla este projeto e qual foi o custo total do mesmo. -----

----- Deputado Filipe Montez Coelho Madeira -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal e a todos os presentes. -----

----- Interveio para dizer que com o crescimento da urbanização cada vez mais as cidades necessitam de soluções de mobilidade modernas e este tipo de investimento constituiu uma mudança moderna e inteligente, havendo já muitos estudos que comprovam os seus benefícios sociais, económico, ambientais e relacionados com a saúde. Salientou que o uso destes sistemas e das infraestruturas que os acompanham tem gerado um crescimento das cidades, como são disso exemplo muitas cidades europeias. Considerou que muito embora Rio Maior não se possa comparar a estas cidades, seja pela dimensão ou pelas estruturas existentes, pode seguir o exemplo com esta estratégia de mobilidade juntamente com outras atividades a ela associadas,



incluindo a organização de eventos nacionais e regionais onde Rio Maior já tem demonstrado a sua grande capacidade, posiciona esta iniciativa na primeira de várias que certamente se seguirão. Referiu ainda o dia da sociedade sem carros como sendo um ponto de agenda de muitas cidades e sugeriu que Rio Maior poderia iniciar o dia da cidade com bicicletas. Fez votos que os riomaiorenses, os estudantes, os turistas aproveitem e usufruam desta experiência e da sua utilização. -----

----- Relativamente ao projeto de regulamento disse que foram usadas as recentes boas práticas de consulta pública e divulgação por diversas formas e em diversos locais físicos e virtuais, não havendo qualquer sugestão ou correções ao mesmo, estando agora em condições de ser submetido a deliberação da Assembleia Municipal. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador da Câmara Municipal com a área para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Esclareceu que serão, numa primeira fase, vinte e quatro bicicletas e quatro ilhas onde as mesmas podem ser colocadas ou levantadas, havendo mais uma projetada para a zona ribeirinha. Relativamente ao custo comprometeu-se a remeter a informação porque não dispunha desses dados no momento. No que se refere à sugestão de transporte para crianças iniciou por dizer que o utilizador menor *per si* nunca pode ser utilizador de uma bicicleta porque a utilização pressupõe a celebração de um contrato de adesão, mas que a sugestão de colocação de bancos para transporte de crianças, embora este desenho atual não contemple essa possibilidade, será transmitida ao fabricante no sentido de se conseguir averiguar da possibilidade de no futuro podermos enquadrar este tipo solução. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 28 votos a favor (28 presenças). -----

----- **Ponto II – Renovação dos Contratos Interadministrativos e dos Acordos de Execução para o quadriénio 2017/2021 – Aprovação de minutas de aditamento e alteração ao mapa financeiro para o ano de 2018** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que se trata da renovação dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia para o quadriénio 2017/2021 e aprovação das respetivas minutas de aditamento, do mapa financeiro para o ano de 2018 e ainda que no presente mandato, os mapas financeiros



que constituem os anexos I dos contratos interadministrativos e dos acordos de execução, possam ser atualizados anualmente por deliberação da Câmara Municipal, em função dos valores acordados entre as partes. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Presidente da Junta da Junta de Freguesia de Rio Maior** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----

----- Disse que este é um tema que foi já abordado em sede da discussão e aprovação do plano e orçamento para 2018 e que é com agrado, enquanto representante da Freguesia de Rio Maior e também como Presidente de Junta, que regista a continuidade da preocupação do município em dar prioridade a este assunto e trazê-lo já à discussão e votação da Assembleia em fevereiro. Afirmou que esta aprovação irá permitir à juntas avançar com o seu trabalho no território com o devido enquadramento, não só para a atividade que desenvolvem mas também com o conforto financeiro que é necessário, e dar a oportunidade de poderem preparar o trabalho para o ano de 2018 e também a quatro anos. Salientou que, após a negociação que tiveram oportunidade de produzir com o município, este é mais um passo no aumento da dotação financeira que foi programada para este ano, e que crê que no próximo ano o mapa financeiro seja ainda mais ajustado à realidade e à especificidade de intervenção de cada junta de freguesia, sendo que na freguesia de rio maior é um trabalho de intervenção em 91 m². -----

----- Para terminar chamou à atenção que após a intervenção, no âmbito da eficiência energética, na Rua Professor Manuel José Ferreira para a iluminação LED, a meio da rua há alguma escuridão junto às casas, ou seja, nos prédios junto às finanças e nos prédios junto à Estrela D'Ouro há alguma escuridão, o que não acontece junto ao prédio onde está a sede da Junta de Freguesia porque existe um ponto de iluminação no próprio edifício. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador da Câmara Municipal com a área para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Esclareceu que nesta implementação de luminárias LED decidiu a câmara Municipal fazer dois testes em zonas piloto, uma em ambiente citadino e outra em ambiente rural (Mata de Baixo). Informou que os testes na zona rural correram lindamente e o resultado final superou as expectativas e que os testes em ambiente



cidade, numa zona que já estava referenciada como tendo problemas porque só tem luminárias de um lado, não foram tão positivos mas está a ser trabalhada a resolução desse problema, que poderá ser a colocação de duas luminárias em cada apoio assistente orientados em direções diferentes ou colocação de novos apoios no outro lado da rua. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes, com 29 votos a favor (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “A declaração de voto da CDU vai no sentido de dizer que obviamente votamos a favor, não poderíamos fazer outra coisa, mas consideramos que o dinheiro que é delegado para as freguesias é manifestamente pouco relacionando com o total recebido, se fizerem as contas e verificarem o valor para as freguesias representa aproximadamente 1%. As freguesias merecem e precisam de mais dinheiro para poderem fazer mais trabalho. Obviamente que votamos a favor mas uma vez mais deixamos aqui este alerta e esta referência de declaração de voto.” -----

----- **Ponto III – Protocolo com a Autoridade Tributária** -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e acrescentou que o que se pretende é a autorização da Assembleia Municipal para a celebração do protocolo com a Autoridade Tributária e Aduaneira, ao abrigo do disposto no n.º 4 do artigo 7º do Decreto-Lei n.º 433/99, de 26 de outubro, na sua atual redação, nos termos do qual se pretende delegar a competência para cobrança coerciva de taxas, tarifas e outras receitas do Município. Acrescentou ainda que esta possibilidade decorre do Orçamento de Estado que prevê que a cobrança coerciva de imposto e outros tributos administrados por autarquias locais possa ser atribuída à administração tributária mediante protocolo. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Afirmou que esta é claramente uma escolha para a cobrança aos cidadãos em matérias como o urbanismo, a floresta e a água e que irão ser efetuadas pela autoridade tributária. Disse que nem vale a pena sequer fazer o cenário sobre a pressão que esta entidade fará e a falta de flexibilidade que tem sobre situações que são locais e que são conhecidas. Finalmente, salientou que o ponto mais importante e mais relevante desta situação, do ponto de vista da eficácia e eficiência, é que se verificar nos mapas da



divida de quem deve à câmara pode ver-se que 80% da divida é da autoridade tributária e aduaneira, ou seja, a entidade menos eficiente é aquela a quem a câmara irá passar a cobrança de divida e, no final, o ónus da mesma. Considerou que não faz muito sentido desligar da população, pelo menos no que se refere às águas e à floresta, e que deve manter-se a proximidade da câmara aos cidadãos, especialmente quando a autoridade que vai efetuar a cobrança tem uma divida absolutamente brutal e representa 80% dos devedores ao município. -----

----- **Deputada Anabela da Costa Azenha** -----

----- Prescindiu da intervenção. -----

----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- Indicou o sentido de voto como desfavorável, pese embora a possibilidade legal que, obviamente, a Câmara tem de fazer aquilo que apresenta e que cumpre com todos os procedimentos legais. Esclareceu que o sentido de voto tem a ver com o facto de se estar a afastar uma situação que até agora tem funcionado bem devido à flexibilidade que a câmara tem tido em negociar com os particulares as dívidas e que, espera, continue a ter. Disse que esta solução agora apresentada vai remeter estes casos para uma entidade que funciona com dificuldades, que tem, perante as pessoas, uma atitude de franca impessoalidade esquecendo que alguns casos de divida são resultado de problemas de carácter social. Afirmou que a CDU não pode concordar com uma decisão que vai retirar a dimensão social ao assunto e na qual o gestor da água vai remeter para outra entidade a cobrança coerciva de divida quando, na verdade, a água é pessimamente gerida. Disse ainda que a CDU entende e admite que a câmara tenha insuficiência de meios, de recursos humanos, para resolver estas questões mas que, se assim é, aumente o quadro e contrate pessoas, fazendo as coisas legalmente, com contratações claras, com as pessoas a concorrerem e não a estarem nos locais para depois haver concurso e elas já lá estarem. Referiu que é entendimento da CDU que se deveria manter a cobrança na câmara e por essa razão o sentido de voto é desfavorável, não querendo isto dizer que se contesta a autoridade do executivo, mas sim que se está a fazer oposição democrática, sem ofender ninguém, declarando quais são as suas posições e com o objetivo de construir e de contribuir. Solicitou ainda esclarecimento do porquê da indicação da data de 1 de abril de 2016 como referência para a cobrança. --

----- **Deputada Cristina Maria Carrilho Ferreira** -----

----- Apresentou cumprimentos à Assembleia Municipal na pessoa do seu Presidente e a todos os presentes. -----



----- Interveio para dar o seu entendimento sobre este assunto dizendo que é do conhecimento de todos que as autarquias, tal como as empresas privadas, têm dificuldade na cobrança de dívidas que, infelizmente, se acumulam e que acontecem porque nem todos são bons pagadores ou porque, infelizmente, há pessoas que não conseguem cumprir prazos de pagamento por questões do foro social, normalmente associadas a situações de desemprego e outras. Disse que, por isso, por um lado fica satisfeita por ver a câmara municipal concretizar este protocolo com a autoridade tributária, à semelhança do que muitas outras câmaras que já o fizeram libertando, desta forma, meios humanos da autarquia que são sempre escassos nestes processos de cobrança coerciva e a sua morosidade, e ainda, por outro lado, tem a certeza que a Presidente e os demais vereadores com pelouros deste executivo, saberão fazer uma triagem justa e clara entre os que são maus pagadores e os casos sociais, continuando a tratar os casos sociais como até aqui, através da rede social e dos serviços de ação social, e os outros através da autoridade tributária. Concluiu dizendo que acredita que aqueles que têm dificuldades económicas e que necessitam do apoio de social enquanto comunidade não serão sujeitos à eficácia da máquina do sistema tributário português.-

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Esclareceu que o que se está a fazer é um ato de gestão e não um ato político e disse que aceita a legitimidade democrática que deve existir e promove-a sempre mas solicitou que fosse clarificada a afirmação feita relativamente à forma de contratação de pessoas. -----

----- Explicou depois que o procedimento que tem vindo a ser feito tem partido sempre de uma base de negociação o que continuará a acontecer e que o apoio social será sempre tido em consideração em relação a cada uma das situações. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- Lembrou que o prazo de prescrição de uma dívida de água é de seis meses e que existem várias formas de se conseguir ter acesso à água até que esta prescrição de opere e o mau pagador possa novamente fazer contrato em seu nome. Salientou que é nesse tipo de cobrança, onde a câmara se revela incapaz, que a autoridade tributária pode ser muito importante fazendo com que aqueles que podem mas não pagam sejam obrigados a fazê-lo, porque aqueles que não pagam por não puderem continuarão a ter, da parte da câmara municipal, todo o apoio tal como até aqui. Admirou-se que se



considere que o mesmo Estado de esquerda que é social e apaziguador e acompanhador do cidadão seja afinal considerado uma “besta cobradora” e insensível de parques rendimentos dos seus cidadãos. Admitiu que não terá qualquer problema que aqueles que não pagam podendo sejam obrigados a pagar até à última instância. Referiu ainda que os serviços não são suficientes para cumprir esta missão e a cobrança das execuções fiscais tende para zero porque não há capacidade nos serviços municipais e quanto à sugestão de contratação de pessoal disse que era efetivamente o ideal mas que efetivamente essa gente ganha ordenados. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Disse que a questão da religação para terceiros a pedido de pessoas que não pagam não se entende porque todas as metodologias da *utilities* funcionam em cima de contratos de arrendamento ou títulos de propriedade e que a religação de um ponto de consumo sobre o qual exista dívida para uma pessoa que não tenha um contrato de arrendamento válido e legal ou um título de propriedade está impedida, por isso, ou as metodologias dos serviços de águas de Rio Maior são permissivos e permitem ligações sem contratos ou então terão que monitorizar de forma mais fina o cumprimento do que são as regras das *utilities*, não da lei, que são permitidas para fazer face a essas dívidas. -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 20 votos a favor, 2 votos contra das Deputadas Municipais Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso e 7 abstenções dos Deputados Municipais Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro, João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira, Anabela da Costa Azenha, Filipe Vicente Martins, António Manuel da Silva Moreira, Susana Carla Alves Franco e Mário João das Neves Flores (30 presenças). -----

----- **Declaração de Voto do Deputado Guilherme Filipe Salgado Gaboleiro** que se transcreve na íntegra: -----

----- “O Partido Socialista absteve-se neste ponto uma vez que esta proposta é o reconhecimento da incapacidade do executivo para fazer e para recuperar as receitas em dívida. Já que o Senhor Vice-Presidente disse aqui, falou da esquerda, deixe-me dizer que é uma proposta um pouco ao arrepio da atual direção do seu partido porque quem se queixa de tanto da descentralização e da falta de descentralização, querer centralizar na autoridade tributária aquilo que a câmara não consegue recuperar parece-me que não seja muito favorável para quem defende mais descentralização. Outra coisa que eu gostaria de lhe dizer é que não gostei das suas palavras quando se dirigiu à Dr.^a



Antónia a dizer que também gostaria que tivesse mais gente na câmara mas o problema é que essa gente recebe ordenado. Os funcionários da câmara têm que ser tratados com mais respeito, não é “essa gente”, desculpe lá. Outra das justificações que foi dada aqui e que eu acho que também não abona muito o executivo é a possibilidade do livre arbítrio de quem é designado para que o pagamento coercivo seja feito pela autoridade tributária ou seja feito pela câmara, eu acho que as coisas não se gerem com o livre arbítrio, deve haver um critério e devem ser seguidas regras, ou toda a gente irá pagar à autoridade tributária ou toda a gente paga aqui. Por estes motivos nós nos abstivemos.” -----

----- Ponto IV – Constituição do Júri de Recrutamento de Cargo de Dirigente e atribuição de despesas de representação -----

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, dizendo que se trata de aprovar, nos termos do artigo 13.º, n.º 1 e artigo 24.º, n.º 2 da Lei n.º 49/2012, de 29 de agosto, a composição do júri de recrutamento do cargo de dirigente de nível intermédio de 2º grau para a Unidade de Urbanismo, Planeamento, Ordenamento do Território e Espaço Público e respetiva atribuição das despesas de representação ao titular do respetivo cargo, nos seguintes termos: -----

i) Constituição do Júri do referido procedimento concursal: -----

Presidente: Arquitecta Maria João Marques Pacheco Botelho, Coordenadora do GAL da Associação para a Promoção do Desenvolvimento Rural do Ribatejo - APRODER; -----

Vogais: Maria de Lurdes Martins Violante, Chefe de Divisão da Unidade Administrativa, Educação, Cultura e Valorização do Capital Humano; Ricardo Nuno Bento do Rosário, Chefe de Divisão da Unidade de Obras Públicas, Equipamentos, Apoio às Freguesias e Património Cultural; -----

ii) Atribuição de despesas de representação ao dirigente de nível intermédio de 2º grau, no montante fixado para o pessoal dirigente da administração central, através do despacho conjunto a que se refere o nº 2 do artigo 31º da Lei nº 2/2004, de 15 de janeiro, na sua atual redação, com as correspondentes atualizações anuais. -----

----- INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS -----

----- As intervenções referentes a este ponto são transcritas na íntegra pelo seu conteúdo e a pedido de alguns dos intervenientes. -----



----- **Deputada Antónia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** -----

----- “Eu gostaria de fazer algumas perguntas e gostava de uma resposta muito direta mas previamente vou já dizer o seguinte: a posição da CDU relativamente àquilo que nos é aqui apresentado que é um júri, nós não temos nada contra este júri, consideramos que são pessoas de bem, reputadas e em condições de fazer isso tudo, não temos nada contra este júri, agora, há aqui questões que precisam de resposta, ou pelo menos, pela nossa parte, a oposição, entendemos que nos devem ser respondidas. Primeiro, este lugar é um lugar para arquiteto? Segundo, quantos arquitetos tem a câmara no seu quadro e admitindo que é um quadro para arquiteto? Quando é que vai ocorrer este concurso e se já há pessoas inscritas? Dito isto e respondido isto, nós depois obviamente que vamos votar, mas queria dizer à Senhora Presidente que a afirmação que fiz há pouco e que disse, se calhar não está em ata, eu quando comecei a intervir nesta assembleia de hoje fiz exatamente essa referência, porque para a CDU a palavra é escritura, esta é a CDU de Rio Maior, a palavra é escritura. Espero que tenha ficado em ata. Queremos que fique em ata. O que eu disse e repito, abram inscrições, contratem mais pessoas, esperamos que não se façam contratos, que não se façam aberturas de concursos quando as pessoas já estão cá a trabalhar e é “gato escondido com rabo de fora” e a Senhora Presidente disse “isso é uma afirmação muito grave”, sê-lo-á se essa parte não conseguir provar exatamente o contrário. Meus senhores, eu tenho sessenta e um anos e alguma experiência de relações entre trabalhadores e direções e empresas, em qualquer empresa, em qualquer local onde há trabalhadores há problemas, são naturais. Há problemas que são naturais. Nós devemos, temos obrigação, de ser claros nas coisas porque a situação, que não é nada grave, de a câmara ter, por exemplo, uma pessoas a executar funções que cá está, eu não estou a dizer que isto está a acontecer, o facto de ter cá uma pessoa que vem por exemplo cumprir um estágio, que a câmara entende que é um bom funcionário para cá ficar, isso há um percurso a seguir. Agora, o percurso de criar expectativas com a abertura de concursos, estou a extravasar este ponto porque neste ponto fiz as perguntas concretas, de criar expectativas na comunidade riomaiorense ou até fora dela, para abertura de concursos, as pessoas concorrerem e depois saberem, até por situações oficiais que decorrem da existência de reuniões em algumas empresas, que determinada pessoa que está na câmara já está naquele lugar, lugar esse para o qual se está a fazer um concurso. Isto é a situação que os senhores têm que ver que não se resume aos gabinetes, há contactos, há meios, há empresas, portanto, é verdade é que



de facto já aconteceram situações e se calhar podem estar a acontecer, em que as pessoas já estejam colocadas e vai ser aberto concurso. Aqui está-nos a ser solicitado que nos pronunciemos sobre um júri, um júri, e nós queremos saber se este lugar, para o qual este júri vai fazer um recrutamento para uma pessoa é um lugar de aumento de quadro ou é um lugar de substituição de alguém que se foi embora, por isso perguntei quantos arquitetos é e se é para arquitetos, quantos arquitetos tem a câmara, porque se for para aumento de quadro, presumo, como bem sabem, tem que haver outro percurso que não somente a existência de um júri. Agora, meus senhores, eu também sou católica, mas vocês não são isentos de pecados, como eu também não sou isenta. Portanto seguramente que há comportamentos que têm tido que não são os melhores, vamos admitir isso, porque pecados todos cometem e nós todos os dias estamos a aprender, não é? Senhora Presidente, fiz-lhe estas perguntas que gostaria que me explicasse, se faz favor.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- “Há aqui duas ou três situações que eu não posso deixar passar. A senhora acabou de dizer que aquela medida de esquerda que é a lei dos precários, que não a devemos de aplicar, ou seja, quem já fez estágio nesta casa ou quem já ocupou programas ocupacionais que não pode concorrer aos concursos que estão abertos. Depois a senhora há-de concretizar quando está a falar de empresas, eu acho que deve de concretizar. Nós também vamos agarrar essa medida, e bem, o que eu não pude, o que me feriu os ouvidos e por isso levantei a voz, porque a Deputada Antónia disse mais ou menos isto “ é normal que as pessoas que vocês já conhecem, que já fez estágios...” oiça, há aqui uma questão de isenção que eu sou, cada concurso que é aberto, concorre quem quer, com os critérios que são definidos e com o júri que é atribuído para determinado concurso, eu sou completamente isenta, eu só quero uma coisa, é que as coisas corram bem e não se levanta, como disse, que nós criávamos expectativas na comunidade, mas quais expectativas na comunidade? Quando se abre um concurso é para quiser e estiver naquelas condições de concorrer, concorrer! E depois sujeita-se aos critérios de avaliação. Se há alguma questão que a senhora saiba e que eu não saiba, eu quero saber! Ou particularmente ou publicamente no órgão onde estamos, que eu acho que o deveria fazer. Repito, casa concurso que abre, concorre quem está dentro dos critérios, temos um concurso a decorrer, um que foi aberto no final de dezembro que tem a ver com o programa de combate ao insucesso escolar, na área social, psicólogos, toda a gente concorre, os critérios nem os reconheço, até porque não



tenho os recursos humanos e nem faço parte do júri, agora existem critérios de avaliação, ninguém está a criar falsas expectativas, abre-se um concurso e criam-se expectativas nas pessoas? Fica, será colocado e admitido como em qualquer outra situação, em qualquer outra câmara ou na função pública, quem melhor cumprir com os critérios que forem definidos e com avaliação do júri, por isso é que existe um júri de avaliação desse concurso. Fico-me por aqui, mas para dizer que a medida dos precários é uma boa medida e, como digo, estamos em vias também de a utilizar. Este ponto que aqui vem, o mesmo veio igualmente, grande parte dos senhores deputados já aqui estavam, para os demais dirigentes e o que nós estamos a discutir é para um cargo de dirigente.” -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador Luis Filipe Santana Dias** -----

----- “Das questões que nos foram colocadas dizer claramente que o concurso aberto para chefe de divisão é intenção que a formação seja efetivamente um arquiteto, dizer-lhe também respondendo taxativamente que esta câmara tem nos seus quadros três arquitetos, o arquiteto Jorge Peixoto, a arquiteta Clara Ramalho e a arquiteta paisagista Rute Silva. Quanto às afirmações aqui tidas, a contratação pública tem uma série de obrigatoriedades, define métodos de seleção, podem ser escolhidos por quem faz esta seleção e Antónia, pessoalmente deixe-me dizer-lhe que me desilude e se eu tivesse o seu sentimento estava hoje a escrever uma queixa para o Ministério Público, o que aqui disse é muito grave e, sendo eu o vereador com os recursos humanos, lamento, mas isso toca-me pessoalmente na minha honra.” -----

----- **Deputado António Manuel da Silva Moreira** -----

----- Eu tinha um esclarecimento para pedir, mas eu acho que isto já teve aqui avanços mais do que os devia ter e portanto vou prescindir. Eu depois peço o esclarecimento noutra altura porque não tem nada de mal, tem só a ver com um procedimento administrativo, eu não compreendo muito bem como é que esta assembleia tem que autorizar uma constituição de um júri sem conhecer o procedimento concursal, mas porque é que não está cá o procedimento concursal? É que a certa altura eu até pensava que isto era uma coisa pacífica mas o problema é que nós não temos o procedimento concursal e estamos a autorizar o júri. Era esse esclarecimento e essa ressalva que queria fazer, se nós temos alguma coisa que fazer, no meu fraco entendimento, era o procedimento concursal que nós devíamos estar a autorizar e não a constituição do júri,



porque a constituição do júri é apenas um ponto do procedimento concursal, eu julgo que isto não faz sentido estar aqui assim, daquilo que eu vejo aqui, daquilo que eu conheço, é o procedimento concursal que se analisa não é o júri.” -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- “ Isto decorre da lei, vir à Assembleia Municipal a constituição do júri e é o júri é que faz as peças do procedimento do concurso, as condições do concurso são definidas pelo júri que hoje nós aqui aprovamos, decorre da lei. Sempre foi assim e foi assim para qualquer outro dirigente.” -----

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 28 votos a favor e 1 abstenção do Deputado Municipal António Manuel da Silva Moreira (29 presenças). -----

----- **Ponto V - 1ª Revisão ao Orçamento e Grandes Opções do Plano (PPI) 2018---**

----- A Presidente da Câmara apresentou a proposta da Câmara Municipal, conforme documentos disponibilizados, e que se trata de aprovar a proposta de Modificação Orçamental – 1ª Revisão ao Orçamento da Despesa e Grandes Opções do Plano (PPI) 2018, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e a assunção do compromisso plurianual constante na mesma. Acrescentou que esta modificação se prende com a divisão que tem que ser feita da obra que vai ser executada na zona ribeirinha para o ano 2018 e 2019 e com a necessária adequação ao novo enquadramento da lei do orçamento de Estado. -----

----- **INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS** -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Afirmou que a revisão não se refere apenas ao que a Senhora Presidente disse mas também ao facto de a câmara deixar de receber aproximadamente cento e trinta e cinco mil euros de dívida. Considera que mais uma vez os documentos económico-financeiros são truncados e não dão a informação que deviam dar, não fazendo referência de quem é essa dívida, mas conseguiu perceber que é uma empresa a quem foram perdoadas as taxas de publicidade e a quem se anda a empurrar há vários anos as dívidas e que vai receber em setembro dinheiro mas a quem se continua a perdoar. Lembrou que recentemente, na execução orçamental do terceiro trimestre, sendo uma obrigação municipal apresentar as dívidas das suas participadas apenas aparece um valor mais não identifica quem deve, qual é a participada que não apresentou as dívidas. Considera que fica sempre a uma sensação de que quando se trata desta empresa é tudo omissivo, ou seja, quando se trata de informação relativa à Depomor é tudo omissivo.



Mais uma vez, em seu entender, a apresentação deste ponto a informação prestada foi parca e considera que não há rigor na gestão porque não é razoável que uma empresa a quem se perdoa uma dívida nem sequer apresentar o relatório de contas e a dívida existente. Afirmou que a câmara tem ao seu dispor mecanismos dentro do código das sociedades comerciais, enquanto acionista minoritário, na gestão da participação e que deveria demonstrar, por prudência e transparência, que utilizou todas as ferramentas que tem à sua disposição para demandar a administração e fazer prova disso. Por isso, considera que há manifesta falta de transparência na transmissão de informação à Assembleia sobre a informação económico-financeira no geral e neste caso em particular as omissões são francamente incómodas. -----

----- **Presidente da Câmara Municipal** -----

----- Acerca da falta de transparência sugeriu que se denunciasse essa situação. -----

----- Solicitou que pudesse ser dada a palavra ao Vereador da Câmara Municipal para os restantes esclarecimentos. -----

----- **Vereador João António Lopes Candoso** -----

----- Esclareceu que o valor de cento e trinta e cinco mil euros é referente ao que falta pagar da venda inicial do terreno pela Câmara à Depomor, no montante de um milhão e seiscentos mil euros, não havendo qualquer perdão de dívida até porque em dezembro esse valor foi colocado em orçamento para se receber. Acrescentou que aquilo que acontece é que a lei do orçamento de Estado tem uma norma que diz que as dívidas com mais de dois anos não podem constar dos orçamentos, o que não quer dizer que não tenha desaparecido, apenas não pode ser inscrita no orçamento como receita. Informou ainda que este entendimento foi transmitido pela própria CCDR que ao analisar o orçamento da câmara chamou à atenção para esse facto e solicitou que o mesmo fosse corrigido de forma a cumprir a lei, mas a dívida da empresa para com a câmara mantém-se. -----

----- **Deputado Mário João das Neves Flores** -----

----- Disse que do não reporte de dívida por uma determinada empresa não se retira que a assembleia não seja informada das medidas que estão previstas na lei para a recuperação da dívida, especialmente, na sua opinião, porque esta dívida não é do ano passado e que em face disso as medidas a tomar dependem do tempo que a dívida tem e dentro do limite que a lei permite. Considerou, por isso, que a explicação dada, que agradeceu, não retira a restante opacidade e, neste caso particular a absoluta opacidade da informação que é transmitida à Assembleia. -----



----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por maioria** dos presentes, com 27 votos a favor e 2 abstenções das Deputadas Municipais Antônia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa e Liliana Marques Alonso (29 presenças). -----

----- **Declaração de Voto da Deputada Antônia Maria Falcão Miranda Manso Corrêa** que se transcreve na íntegra: -----

----- “Nós obviamente não temos absolutamente nada contra a recuperação da Villa Romana, a única questão que nos levou aqui a abstermo-nos e a sermos as abstinhas é, efetivamente, nós não conseguirmos entender’, quando foi a discussão do orçamento disse aqui uma coisa que irritou logo a Senhora Presidente, porque às vezes irrita-se comigo e passa-se assim logo da cabeça, foi quando eu disse que o orçamento era um orçamento de gestão corrente, e nós estamos a verificar que um mês e meio após nós termos aprovado o orçamento está aqui uma alteração e a seguir a esta há-de vir outras. Portanto, nós abstivemo-nos, entendemos que o orçamento, existe aqui uma falta de planeamento e em nossa opinião o que se passa com a Villa Romana, aquilo que está a ser feito na Villa Romana até é pouco, podia ser feito mais. Portanto, não temos nada a ver relativamente a isto, a razão que nos levou a abstermo-nos é que entendemos que não é um mês e meio depois da aprovação do orçamento que já se vem propor aqui uma alteração orçamental e como eu já percebi na próxima assembleia virão outras alterações ao orçamento.” -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- Nos termos do n.º 7 do artigo 68º do atual Regimento, o Presidente da Assembleia Municipal propôs a aprovação em minuta dos assuntos aprovados na presente sessão.-

----- Colocada a votação, a proposta foi **aprovada por unanimidade** dos presentes (29 presenças). -----

----- **Presidente da Assembleia Municipal** -----

----- De seguida deu a palavra ao público presente para as intervenções e explicou a condições em que seriam feitas de acordo com o regimento da Assembleia Municipal, de forma a ser do conhecimento de todos os presentes. -----

----- **INTERVENÇÃO DO PÚBLICO** -----

----- Não foram efetuadas inscrições para intervenção. -----

----- **ENCERRAMENTO** -----

----- Quando eram dezassete horas e quarenta minutos, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal em exercício deu por encerrados os trabalhos da presente sessão, da qual, e para constar, se lavrou minuta parcial para efeitos imediatos, sendo



que a ata será apresentada na sessão seguinte para aprovação global e assinada pela mesa. -----

----- O PRESIDENTE DA MESA: _____

----- A PRIMEIRA SECRETÁRIA: _____

----- A SEGUNDA SECRETÁRIA: _____